

Para onde vai a Universidade hoje

CASTANHO, Sérgio ¹

Doutor em Educação - UNICAMP

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3115-6502>

CV: <http://lattes.cnpq.br/0568250454101283>

sem.castanho@gmail.com

10.29327/evidencia.v20.i21.a2

Resumo: Este artigo trata da relação entre a universidade e o meio social do seu entorno, ou seja, a sua inserção. Aborda também a questão do acesso dos diversos estratos da sociedade à educação superior, isto é, a inclusão da comunidade na universidade. De início, é examinado o clássico conflito entre a Universidade de Cambridge e a população da cidade inglesa de Cambridge. A partir daí essa oposição (ou não-inserção) é estudada em outras localidades em que se situam universidades. Em seguida, o artigo ocupa-se da inclusão, que é vista sob a perspectiva da História. Englobando ambos os aspectos, inclusão e inserção, chega-se à crise da universidade, cuja superação depende do modelo de educação superior adotado.

Palavras-chave: Universidade. Meio social. Crise. Inclusão.

Abstract: This article deals with the relationship between the university and its surrounding social environment, that is, its insertion. It also addresses the issue of access for different strata of society to higher education, that is, the inclusion of the community in the university. Initially, the classic conflict between the University of Cambridge and the population of the English city of Cambridge is examined. From then on, this opposition (or non-insertion) is studied in other locations where universities are located. Next, the article focuses on inclusion, which is seen from the perspective of History. Encompassing both aspects, inclusion and insertion, we arrive at the university crisis, whose overcoming depends on the higher education model adopted.

Keywords: University. Social environment. Crisis. Inclusion.

¹ Sérgio Castanho, escritor, doutor em Educação, é professor aposentado de História da Educação e atualmente colaborador da Faculdade de Educação da UNICAMP, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas e titular da cadeira 31 da Academia Campinense de Letras.

Introdução

Para começar este artigo, lembrei-me de uma crônica que publiquei na imprensa com o título “A cidade e a beca”. Essa crônica de algum tempo atrás, tem muito a ver com uma questão que recoloco no presente artigo: a relação entre a universidade e o meio social do seu entorno, ou seja, sua **inserção**. Também aqui recoloco a questão do acesso dos diversos estratos da sociedade à educação superior, isto é, a **inclusão** da comunidade na universidade.

Iniciei a dita crônica citando Paulo Freire, para quem na relação educativa todos ensinam e todos aprendem, não importa se abancados na cátedra de professor ou se sentados na carteira de aluno. A verdade dessa assertiva freiriana comprovei-a numa banca de doutorado na Unicamp, que presidi na condição de orientador de tese. Nesta, em certa passagem, a doutoranda relatava o que ocorrera numa cidade brasileira cuja universidade acolhia estudantes nacionais e latino-americanos. A população local, em várias ocasiões, havia manifestado certa hostilidade aos alunos estrangeiros. “Caso claro de xenofobia!”, exclamou um dos membros da banca, que a seguir lembrou ter havido na Inglaterra, precisamente em Cambridge, uma oposição entre a população em geral e a comunidade de sua prestigiosa universidade. Até um livro foi escrito e uma peça teatral foi representada sobre esse conflito, com o título “*Town and Gown*”, que daria em português algo como “A Cidade e a Beca”. Beca, aqui, designa a vestimenta de capa e capelo que usavam os professores e estudantes universitários; e, por metonímia, a comunidade acadêmica. A Cidade seria a população em geral de Cambridge. Confesso que, embora sabendo existir esse tipo de oposição desde a origem medieval da instituição universitária, desconhecia sua versão cambridgens, ou cantabrigiana (em tradução livre do latim anglicizado *cantabrigian*).

Terminada a defesa, fui pesquisar o assunto um pouco mais a fundo. Descobri que essa oposição remonta aos primórdios da universidade na Idade Média. Descobri também que a referida oposição não se restringe à cidade britânica de Cambridge, *Cantabrigia* em latim. Essa universidade, conforme consta do seu brasão, considerava-se “a alma mãe de Cambridge”, “*Alma Mater Cantabrigia*” (CAMBRIDGE, 2003). Só que o povo comum da urbe não sentia que sua alma estivesse no pernóstico gueto universitário. A mesma coisa se dava em Oxford e em outras cidades europeias que sediavam universidades. A população não acadêmica rebelava-se com os privilégios fiscais e com a independência de jurisdição da comunidade acadêmica. Quando visitei a Universidade de Heidelberg (Alemanha), pude ver, num canto do seu velho prédio, uma sala gradeada que era a cadeia do campus. Nela seus graduados doutores ou seus ilustres alunos pagavam pena pelos delitos que cometiam entre seus muros. E mais: eram julgados pelos seus pares no interior da universidade.

Por tudo isso não é de estranhar que se estabelecesse um fosso entre a cidade, *the town*, e a metonímica beca, *the gown*. No romance de Thomas Hardy *Judas o Obscuro* (HARDY, 1971), é angustiante acompanhar o sofrimento da personagem central, Judas, na sua tentativa sempre frustrada de entrar na universi-

dade, mesmo dotado de credenciais intelectuais, mas barrado por lhe faltarem os dotes de estirpe. A cena em que Judas assiste à procissão universitária, que cruza a cidade com suas becas de diferentes cores e seus capelos tanto mais destacados quanto mais proeminentes as cabeças que ornaram – essa cena, enfatizando o contraste social e o sofrimento dos descartados, é antológica na literatura ocidental.

O mundo mudou...

O mundo mudou. A sociedade não é mais a mesma. A universidade, que estava no ápice de prestígio social, hoje é modesta diante de outros símbolos de status. O campus de Cambridge é nada face a Wall Street. No entanto, até recentemente, ainda havia um quê de distanciamento entre a gente acadêmica e a de fora do campus. Em *O Mandarin* (2006), do escritor Eustáquio Gomes, que chefiou o gabinete de imprensa da Unicamp, percebe-se a distância que separava essa importante instituição da cidade de Campinas, sua sede. Com a USP, criada em 1934, ocorreu algo parecido, mas de outro teor, conforme *A questão da USP* (1984), de Florestan Fernandes. Retornando ao início: aprendi muito a partir de um evento educacional em que minha posição era de ensinar. O que comprova a tese de Freire. E a de Marx, para quem o educador também precisa ser educado.

Esta questão é a da **inserção** da universidade no meio social que a envolve, que tratei em artigo sobre modelos universitários (CASTANHO, 2002). Nele discorri sobre a origem da corporação medieval denominada “universidade” e os modelos em que essa instituição se cristalizou no decurso do tempo. Tratei da universidade, sua definição pela captação de seu aparecer histórico, os largos passos de seu evoluir, os modelos em que se cristalizou institucionalmente, as vicissitudes de sua realização no Brasil e enfim seus limites, possibilidades, desafios e tarefas na hora presente. Hoje, retorno ao tema, para discutir o que esperar da universidade no século em que entramos há apenas duas décadas.

A Universidade em crise

A universidade está em crise! Da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, às salas de aula, passando pelas colunas dos jornais e das revistas, todos repetem que a universidade vive hoje sua pior crise. Um livro reunindo nada menos que dez professores universitários, entre os quais três reitores de prestigiosas instituições de educação superior (USP, UNICAMP e UFPR) e um coordenador de pós-graduação, tem um título exatamente com esse teor: *A crise da universidade* (DORIA, 1998). O sociólogo português Boaventura de Souza Santos refere-se à tríplice “crise da universidade”, institucional, de hegemonia e de legitimidade (SANTOS, 1989). É, portanto, afirmação corriqueira, quase consensual, a de que a universidade se encontra em crise.

Que entendemos por crise? Na sua origem grega, a palavra prende com “abismo”. Estar em crise significa estar à beira do abismo ou já ter caído dentro dele. De qualquer forma, o abismo é uma interrupção, um fosso que se abre diante de um caminho, impedindo o viajante de seguir adiante, a menos que encontre

uma solução para transpor o buraco. Uma ponte, por exemplo, ou asas para voar até ao outro lado. Chama-se a isso “solução da crise”. Numa crise de saúde, caracterizada pela interrupção do estado de sanidade, a solução pode ser o remédio, ou o repouso, ou a dieta. E numa crise universitária? É preciso saber o que é a “não crise”, quer dizer, o estado normal da universidade, para se diagnosticar que existe crise e se poder aventar alguma solução.

O que seria o estado normal da universidade? É possível pensar uma universidade sem crise? Nenhuma instituição social, e a universidade é uma delas, pode viver sem crise. Já foi por demais estudado o caráter conflitivo das formações sociais; já foi por demais evidenciada a crise como residindo no próprio coração das sociedades; já se repisou à exaustão que todas as instituições envolvidas nas malhas das sociedades vivem, no seu microcosmo, as mesmas adversidades do macrocosmo social.

Tudo leva a crer que a universidade vive hoje uma crise estrutural, de modelo. Em *Políticas públicas para a educação superior* (SILVA JR., 1997), todos os autores de capítulos ressaltaram que em Portugal, na França, no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Mercosul em geral, inclusive no Brasil, a universidade passa por crise de modelo, com a disputa ideológica entre um modelo implantado ou em implantação e outro em emergência ou em início de implantação.

A universidade surgiu na Europa nos séculos XI e XII. Essa universidade medieval resultou de um processo de encasulamento protetor dos corpos docente e discente, ora de um, ora de outro, por vezes de ambos, diante de poderes externos, nomeadamente a Igreja e o Estado e, muito particularmente, a primeira. A de Paris pertencia ao primeiro tipo, resultando do agrupamento de mestres. A de Bolonha foi gerada por um movimento corporativo de estudantes. E a de Salamanca, da reunião associativa de estudantes e mestres. Luzuriaga (1990) aponta as diferentes formas de nascimento dessas instituições. No entanto, nascidas de uma ou de outra forma, todas elas acabaram assumindo a forma corporativa. E todas as corporações universitárias, cedo ou tarde, acabaram por entrar em contradição com o meio social e o poder de que se originaram, lutando bravamente por manter certos privilégios corporativos ameaçados pela interferência externa. Entre os privilégios universitários estava o de conferir a licenciatura, isto é, a licença para ensinar, a *licentia docendi*, que antes era atribuição da autoridade eclesiástica e que, com a emergência da universidade, passa para esta. Entre os privilégios universitários, o mais importante, considerando-se a especificidade da corporação universitária, era sem dúvida o de conferir graus de bacharel, mestre e doutor.

Vejo nesses albores da universidade duas características fortemente estruturais: a **autonomia** e a **criticidade**. A essas duas deve acrescentar-se sua forma corporativa. Roberto Romano foi lapidar a esse respeito: “... na urbe renascente, ampliada pelas massas dos sem-terra expulsos dos feudos e deles fugitivos, o trabalho acadêmico, como todos os demais, é um ofício: *negotia scholaria*. Naqueles tempos, ocorre o conflito permanente dos moradores estáveis da cidade, “as pessoas de bem”, e os universitários. Tanto a Igreja, que desejava formar nas faculdades a sua burocracia, quanto o rei, mantendo desejos semelhantes, tiveram

problemas graves com a barulhenta e irrequieta busca do verdadeiro, levada a cabo por mestres e alunos. Censuras, regulamentos, estatutos, verbas e bolsas, nada disto impedia os debates livres que surgiam a cada instante nos bairros ‘onde se falava latim’” (ROMANO, 1998, p. 17).

Vamos dar um grande salto histórico de vários séculos. Veremos então que, no apagar das luzes do século XX, o então reitor da Universidade da República do Uruguai, Jorge Brovetto, sublinhou: “Nenhuma das piores catástrofes da história jamais aniquilou 250 mil vidas infantis numa única semana. No entanto, este é o número de crianças que morrem a cada semana vítimas da desnutrição e das enfermidades” (BROVETOO, 1998, p. 5). São problemas como este que a universidade tem de enfrentar em países como o Brasil, como o Uruguai e outros, que indiretamente financiam a opulência da educação superior dos países centrais do sistema. O mesmo autor diz: “A construção inteligente de um sistema de educação superior que conte com instituições fortes, competentes do ponto de vista acadêmico, mas além disso comprometidas eticamente com a problemática de seu tempo e de seu entorno, pode constituir uma das contribuições essenciais para cimentar definitivamente essa paz baseada na justiça” (id., *ibid.*, p. 5).

Para isso, e retomando o fio de uma meada que já começou a ser desenvolvida neste artigo, a universidade há de ser **crítica, cultural e popular**. Para tirar uma comunidade envolvente do fundo do poço da miséria social e cultural, não pode ela própria deixar-se arrastar pela mediocridade. Sua competência cultural há de ser forte. Sua força terá que vir também da grande massa dos até hoje excluídos dos seus muros por perversão social, como a personagem Judas do grande romance *Judas, o obscuro*, do romancista inglês Thomas Hardy. Tendo como parâmetro de sua força cultural o povo, tal universidade será crítica, não no sentido kantiano de agudeza do pensamento, mas no sentido gramsciano de engajamento na transformação social.

Considerações finais

Para concluir, isto é, para abrir as primeiras pistas do que deveria ser a universidade no século XXI, creio que, em lugar de preparar uma tábua com demandas em nome de uma posição teórica, o melhor será uma vez mais, exaltar a *Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação* (UNESCO, 1998). Não entrarei em pormenores sobre o conteúdo desse documento como já fiz alhures (CASTANHO, 2000). Apenas direi que a *Declaração* é um documento de compromisso entre os modelos contemporâneos, incorporando parcialmente o modelo emergente, ou seja, o neoliberal-globalista-plurimodal, também parcialmente o modelo estabelecido e em crise de hegemonia, o democrático-nacional-participativo, tendo mesmo, em certas passagens, um tom que o aproxima do referencial crítico-cultural-popular. Este último, por definição, é a voz da resistência à exclusão, da promoção da inclusão, é o discurso do não, um grito que sobe dos subterrâneos da liberdade. O modelo estabelecido e em crise de hegemonia é o discurso do talvez, que esconde o sim ao proclamar o não. E o modelo emergente,

o neoliberal, é o discurso do sim sem disfarces, da promoção ativa da exclusão em nome da eficiência capitalista.

Compromisso entre as concepções contemporâneas, a *Declaração* bem poderia ser o certificado de batismo da universidade do novo milênio, oscilando entre a entrega do sim, o recato do talvez e a militância do não.

Referências

ABRAMES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR.

Por uma educação de qualidade para todos. **Revista Estudos**, Brasília, n. 21, out.1997.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3 v.

BRANDÃO, Zaia, WARDE, Mirian Jorge, IANNI, Octávio et al. **Universidade e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. (Coletânea CBE).

BROVETTO, Jorge. **El futuro de la educación superior en una sociedad en transformación**. Paris: UNESCO, 1998.

CAMBRIDGE, University of. **The Emblem, the Arms & the Motto of the University of Cambridge**. Edição limitada 500, exemplar número 288. Cambridge, UK: University Press, 2002.

CASTANHO, Sérgio. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, Ilma P. A.,

CASTANHO, Maria Eugênia L. M. **Pedagogia universitária: a aula em foco**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CASTANHO, Sérgio. Da universidade modelo aos modelos de universidade. In: Sorocaba, SP: **Quaestio** - Revista de estudos da educação, v. 4, n. 1, maio 2002, p. 27-46.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade temporária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CHRISTOFFE, Charle, VERGER, Jacques. **História das universidades**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

DORIA, Francisco Antonio (coord.). **A crise da universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOMES, Eustáquio. **O Mandarim**: história da infância da Unicamp. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

HARDY, Thomas. **Judas o Obscuro**. São Paulo: Editora Abril, 1971.

JANNE, Henri. **A universidade e as necessidades da sociedade contemporânea**. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990.

_____. **História da educação pública**. São Paulo: Nacional, 1959.

ROMANO, Roberto. Universidade: entre as luzes e nossos dias. In: DORIA, Francisco Antonio (coord.). **A crise da universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 15-48.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 27, n. 28, p. 11-62, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do Estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JR., João dos Reis (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior**. Piracicaba, SP: Ed. UNIMEP, 1997.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998.

_____. **Marco de acción prioritaria para el cambio y el desarrollo de la educación superior**. Paris: UNESCO, 1998.